

A ditadura militar na Argentina (1976-1983): retomando algumas hipóteses frente aos relatos oficiais

Gonzalo Adrián Rojas*

Resumo:

O objetivo deste artigo é realizar uma análise da ditadura militar argentina (1976-1983), trabalhando de forma breve, a partir de revisões bibliográficas, com um conjunto de cinco hipóteses não hegemônicas sobre o tema nos relatos oficiais estatais: 1) O neoliberalismo na Argentina tem início em 1975 durante o governo de Isabel Perón e se consolida com a ditadura militar; 2) A ditadura militar acabou com a crise de hegemonia no bloco das classes dominantes, em favor do capital financeiro e derrotou a ascensão de massas da classe trabalhadora argentina a partir do "Cordobazo"; 3) A vítima não foi toda a sociedade; 4) A guerra de Malvinas foi uma tentativa das Forças Armadas de se autonomizar do bloco de classes dominantes que a sustentou e Juntas Militares pagaram com o julgamento o preço dessa tentativa; 5) Durante os governos de Alfonsín e de Kirchner, o movimento de direitos humanos divide-se entre aqueles que mantêm as posições originais e aqueles que encontram na política estatal a única possibilidade.

Palavras-chave: *Argentina; ditadura militar; regime político; Estado; luta de classes; classe operária.*

The military dictatorship in Argentina (1976-1983): revisiting some hypotheses in the face of official narratives

Abstract:

The goal of this article is to undertake an analysis of the Argentine military dictatorship (1976-1983) working briefly, based on bibliographical sources, with five non-hegemonic hypotheses on the topic in the official state narratives: 1) Neoliberalism in Argentina begins in 1975 during the government of Isabel Perón and it was consolidated during the military dictatorship;

* Doutor em Ciência Política (USP), Prof. Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande-PB, Brasil. Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS-UFCG). Líder do Grupo Práxis. Autor, entre outros, de Elementos para uma teoria política latino-americana com Javier Amadeo In: AMADEO, Javier e ARAUJO, Cícero (orgs.). Teoria Política Latino-americana. Buenos Aires: Ediciones Luxemburg; 2010. End. eletrônico: gperezalvarez@gmail.com

2) The military dictatorship ended the hegemonic crisis of the dominant class bloc in favor of financial capital and defeated the ascendance of the masses of the Argentine working class that began with the "Cordobazo"; 3) The victims were not the entire society; 4) The Malvinas War was an attempt by the Armed Forces to gain autonomy from the dominant class bloc that had supported them and the Armed Forces paid for that attempt with the trials of the military junta; 5) During the Alfonsín and Kirchner governments, the human rights movement splits between those who maintain the movement's positions and those who find state politics to be the only option.

Keywords: Argentina; military dictatorship; political regime; the State; class struggle; working class.

O 50º aniversário do golpe de estado que deu início à ditadura militar no Brasil é uma ótima oportunidade para retomar a discussão sobre as relações entre as classes sociais, o Estado, o regime político e os governos, não só no Brasil como também em outros países de América Latina. Se o regime político deve ser estudado na especificidade de cada formação econômico-social, essas formações fazem parte do capitalismo mundial na sua fase imperialista, de uma totalidade no marco de uma divisão internacional do trabalho.

O objetivo deste trabalho é retomar cinco hipóteses sobre a ditadura militar argentina (1976 e 1983) que podem aparecer como originais para o público brasileiro, já que vão contra o relato oficial dos diferentes governos argentinos pós ditadura, que poderíamos denominar democrático liberais nos marcos do capitalismo sejam em suas versões alfonsinistas, menemistas, da Aliança ou duhaldo-kirchnerista e também nas Ciências Sociais em geral e na Ciência política em particular. Estas hipóteses devem ser trabalhadas na sua especificidade (aqui são só formuladas) mas, tendo em consideração estes elementos, é importante apresentar os limites de qualquer tentativa de democratização das Forças Armadas nos marcos do Estado burguês. Em nossa perspectiva, as Forças Armadas são o braço armado das classes dominantes, e só um período de fortes lutas revolucionárias e derrotas políticas e até militares poderia dividi-las, não apoiando seus reclamos no marco do sistema, pretendendo sua conscientização só através da agitação, como pretendem várias correntes da esquerda.

Para trabalhar estas hipóteses, é preciso explicar alguns termos políticos e realizar uma periodização. O termo 'alfonsinismo' nos remete à corrente política e à presidência de Raúl Alfonsín (1983-1989) integrante da União Cívica Radical (UCR). O termo "menemato" inclui as presidências de Carlos Saúl Menem (1989-1999) do Partido Justicialista (PJ) -peronista- e a da Aliança de partidos hegemônica pela UCR mas que aprofundou o projeto menemista sob a Presidência de Fernando De la Rúa (1999-2001). O "argentinzo"¹ de dezembro de

¹ "Argentinazo" é o nome com que habitualmente se faz referência às diferentes manifestações que, nos dias 19 e 20 de dezembro do 2001, puseram ponto final ao governo de Fernando de la Rúa e derrocaram a quatro presidentes em uma semana.

2001, que se estende como crise política até início de 2002, implica uma “ruptura” com o anterior, em termos discursivos, e as tentativas de recomposição política do regime político em crise são as presidências de Eduardo Duhalde (2002-2003) e Nestor Kirchner (2003-2007) os dois integrantes do PJ. Destacamos que, em 2014, Carlos Saúl Menem é Senador nacional pelo estado de La Rioja apoiando o bloco kirchnerista.

No caso argentino é importante sublinhar a relação entre a ascensão revolucionária de massas, o papel central da classe trabalhadora nesse processo (no mínimo desde o Cordobazo² em 1969), e entender o golpe de estado de 1976 como um golpe de classe, uma resposta contrarrevolucionária contra a mencionada ascensão, num contexto de crise de acumulação de capital no plano mundial, no marco da crise geral do capitalismo, depois dos aumentos dos preços do petróleo.

Hipótese 1. Ditadura militar argentina e neoliberalismo

A ditadura militar iniciada em 24 de março de 1976, precisa da derrota da classe operária para impor e consolidar o modelo neoliberal na Argentina. Argentina é um dos dois primeiros países do mundo em que se executam as políticas neoliberais, quase simultaneamente com o Chile sob a ditadura de Augusto Pinochet. Em geral, seguindo Perry Anderson, tomamos como ponto de partida das políticas neoliberais o governo chileno, ainda que a ditadura em Chile tenha se iniciado em 1973 e as políticas neoliberais aplicadas a partir de 1975. Na Argentina também começam a ser aplicadas em 1975, meses antes do golpe de Estado de março de 1976 pelo governo peronista de Isabel Perón institucionalmente “democrático”, que se consolida com a política econômica do Ministro da Fazenda (entre março de 1976 e março de 1981) do autodenominado Processo de Reorganização Nacional (PRN), nome oficial da ditadura militar, José Alfredo Martínez de Hoz em 1976.

A ditadura militar nesse sentido é fundante, já que o modelo neoliberal na Argentina chega até nossos dias, sob diferentes regimes políticos, desde o final do governo de Isabel Perón (1975), e se consolida a partir do golpe de estado de 1976. Com as jornadas revolucionárias de 19 e 20 de dezembro do 2001, o

² O “Cordobazo” foi um protesto social organizado na cidade de Córdoba pelos sindicatos classistas que convocaram uma poderosa greve o 29/05/1969, com o respaldo da Confederação Geral do Trabalho (CGT) local. Em uma cidade com uma das mais tradicionais universidades públicas do país, a Universidade Nacional do Córdoba (UNC), a greve foi uma forma de expressão da unidade operário-estudantil. Inicia-se uma situação revolucionária e o fim da ditadura militar autodenominada Revolução Argentina (1966-1973).

neoliberalismo entra em crise, assim como em vários outros países da América Latina, pelo menos em termos discursivos e de legitimidade política, mas mantendo o modelo de acumulação apoiado na hegemonia da valorização financeira sobre as outras ramas do capital, independentemente do regime político (ditadura militar ou democracia liberal), nos limites do capitalismo.

No caso argentino, a consolidação dos elementos para a cristalização neoliberalismo (1976) iniciam-se a partir do Ministério de Fazenda de Martínez de Hoz, com um governo dirigido por uma Junta Militar encabeçada pelo general Jorge Rafael Videla (Presidente entre março de 1976 e março de 1981), que contou com o apoio da totalidade das frações das classes dominantes do bloco no poder do país. Durante este período inicial, realizaram-se importantes desregulações; diminuição da percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) destinado de maneira direta ou indireta aos assalariados; e imposição hegemônica da política da fração do capital financeiro no interior do bloco no poder. Mas para isso, era necessário quebrar a resistência de uma classe trabalhadora que, em 1969, recuperava e recriava as tradições do classismo até sua organização em 1975 no nível das coordenadoras inter-fabris, de forma independente e alternativa ao sindicalismo burocrático do peronismo ortodoxo, que fazia parte e defendia o governo de Isabelita.

Os próprios economistas autodenominados “heterodoxos”, mas também do *establishment* e a serviço das classes dominantes, visualizam este período da seguinte forma:

produz-se assim a quebra definitiva do modelo de acumulação apoiado na substituição de importações e, conseqüentemente, trocam as modalidades de intervenção estatal. Iniciou-se um processo de concentração econômica em mãos de uns poucos grupos, aprofundando uma tendência a transnacionalização da economia; entretanto, contra a corrente de sua prédica liberal-privatista, o Estado foi em ajuda do capital privado nos casos de quebras de entidades financeiras ou quando sob a presidência de Domingo Felipe Cavallo no Banco Central da República Argentina (BCRA), subsidiou-se os devedores privados ao estatizar sua dívida externa e socializá-la. (Torre e Gerchunoff, 1988)

Durante a ditadura, desmantela-se o Estado populista, devido à crise do modelo de substituição de importações construído pelo peronismo, e se abre espaço a um Estado que subsidia de maneira central os grandes grupos econômicos. Segue-se ainda contando com uma margem de folga fiscal, não mais por causa da apropriação de renda agrária com valor excedente, mas pela tomada de créditos no exterior (Torre e Gerchunoff, 1988). Na perspectiva populista, a nação e o Estado aparecem frente aos poderes internacionais dominantes. No caso argentino, pela versão peronista, aparecem em uma terceira posição, frente

aos dois poderes mundiais, outorgando um papel central ao Estado no processo de afirmação da soberania nacional, visualizando-o como uma instância neutra capaz de eliminar as contradições classistas da sociedade e impulsionar um desenvolvimento “nacional e popular” sustentado (Thwaites Rey, 2001). Um dos principais postulados do peronismo foi a terceira posição frente aos dois blocos constituídos no plano mundial, expressada em uma palavra de ordem que sintetiza esta posição política: “Nem *yankees*, nem marxistas, peronistas”. Em nossa interpretação todo Estado é classista. O populismo contribui com uma visão fetichista do Estado ao colocá-lo como uma instância neutra acima dos interesses das classes e das frações de classes da sociedade, ocultando o caráter classista da dominação estatal nas sociedades modernas, expressando e pretendendo ocultar, desta forma, a subordinação da classe operária e demais frações subalternas a determinadas frações da burguesia no bloco no poder da aliança populista.

O neoliberalismo é a continuação de um processo de ofensiva das classes dominantes iniciado em 1975 durante o governo de Isabel Perón, e consolidado pela ditadura militar, que teve continuidade durante o alfonsinismo, sob uma forma supostamente heterodoxa e tecnocrática, com a breve exceção dos primeiros meses desse governo com Jorge Grispun à frente do Ministério de Fazenda (dezembro de 1983- fevereiro de 1985), que ainda encarnava uma visão utópica de possibilidade de desenvolvimento “independente” do capitalismo argentino. A decisão política do presidente Raúl Alfonsín de substituir Grispun por um tecnocrata heterodoxo como Juan Vital Sourrouille (fevereiro de 1985 -março de 1989 no Ministério de Fazenda), implicou a decisão política da busca de uma nova legitimação do neoliberalismo.

Podemos destacar que Carlos Saúl Menem expressará o aprofundamento, mas não a fundação, do modelo neoliberal na Argentina.

No período de dezembro de 2001 a janeiro de 2002, esse modelo entrará em uma crise política e social, mas permanece hegemônico no plano econômico. Em síntese, a redistribuição regressiva da renda e a perda de milhares de postos de trabalho na indústria, assim como os 30.000 desaparecidos na sua maioria trabalhadores, que tem como saldo a ditadura militar, expressam também uma mudança nas relações de forças entre as frações de classes, sendo a classe operária na sua perspectiva revolucionária a principal derrotada ao longo de todo este processo pela ditadura militar.

Hipótese 2. A ditadura militar resolve a crise de hegemonia no interior do bloco das classes dominantes

A ditadura militar acabou com a crise de hegemonia no bloco das classes dominantes, a favor do capital financeiro e derrotou a ascensão de massas da classe trabalhadora argentina.

Em termos históricos da correlação de forças entre as classes, a ditadura militar argentina resolveu a crise de hegemonia no interior do bloco de classes dominantes, que permaneceu por mais de vinte anos, desde a queda do Gral. Juan Domingo Perón (1955) até 1976. Os maiores favorecidos com a resolução da crise pertencem à fração da classe burguesa vinculada ao capital financeiro, que conseguiram impor a sangue e fogo um modelo econômico, político, social e cultural “neoliberal” que, apesar de quase perder a absoluta hegemonia no país, a partir do Argentinazo (2001) e ser rejeitado pela maioria da população, mantém-se como o modelo macroeconômico hegemônico.

Destacamos a centralidade da ditadura militar na imposição deste modelo. É necessário entender que, para impor este modelo, foi necessário derrotar os projetos das esquerdas revolucionárias da Argentina, mas que também emergiram novos atores sociais na sociedade civil como, por exemplo, o movimento de direitos humanos no final da década do setenta, o movimento dos trabalhadores desempregados na década de noventa e, nestes últimos anos, o surgimento do sindicalismo de base.

A derrota da insurgência operária e das esquerdas na Argentina, neste período, foram as que permitiram realizar um conjunto de mudanças que conduziu, em um processo de fôlego amplo, à adaptação da economia argentina às novas condições do mercado mundial capitalista sob a hegemonia do capital financeiro; à uma transformação do Estado que se completa com a Reforma do Estado menemista; e à cristalização de uma separação entre o social e o político -com consequências atuais. Tenta-se reverter essa situação, com a recuperação da construção sindical e política do sindicalismo de base, com a intervenção do Partido de Trabalhadores Socialista (PTS), em particular da Frente de Esquerda e os Trabalhadores (FIT), tendo como centralidade a classe operária.

A ditadura militar cumpre seu objetivo de recompor a ordem. Como foi apresentado na hipótese 1, não há neoliberalismo na Argentina sem a derrota política, militar, social e ideológica das classes trabalhadoras e das esquerdas marxistas.

Utilizamos um conjunto de argumentos deste período e do anterior. A Aliança Anticomunista Argentina (AAA), o tripo A, criada pelo Ministro da Ação Social de Isabel Martínez de Perón, José López Rega (o “Bruxo”) em 1974, é uma força paramilitar que cumpre o objetivo de ser uma força militar para isolar, ainda durante o período constitucional, fundamentalmente os ativistas classistas e combativos das organizações de esquerda, armadas ou não, de sua base social através de atentados. Durante o autodenominado PRN, sob a presidência do General Jorge Rafael Videla (1976-1980), esses grupos paramilitares articulam-se aos Grupos de Tarefas (GT) que vão tomar parte dos aparelhos repressivos

do terrorismo de estado. A diferença dos GT com o triplo A é que os primeiros estavam incorporados ao Estado Terrorista: eram os grupos encarregados especificamente do sequestro das vítimas, responsáveis pelos desaparecimentos e de levar às pessoas desaparecidas até os Centros Clandestinos de Detenção (CCD)³ onde “depositavam”, segundo suas próprias palavras, seus corpos. Outro setor dos aparelhos repressivos do estado encarregava-se das torturas imediatas para obter informações e produzir os “traslados definitivos”, ou seja, o assassinato desses que continuariam como desaparecidos.

Esta complexa rede de terror teve como objetivo político a aniquilação sistemática do que era considerado pelos setores dominantes como uma força social anticapitalista. Em outras palavras, pretendeu dissolver a possibilidade de revolução social e disciplinar a sociedade para adaptar a economia às novas condições do mercado mundial capitalista.

Um texto central para entender este processo, A democracia da derrota de Alejandro Horowicz, analisa os dados do Índice Nacional de Estatísticas e Censos (INDEC), indicando que, entre 1976 e 1982, a classe operária industrial reduziu sua presença no aparelho produtivo para 300.000 vagas. Em termos quantitativos, a quantidade de operários caiu de 2.100.000 a 1.800.000. Afirma também que existiu uma redução dos valores constantes do salário-hora real que, dependendo do ramo, oscilou entre um 40 e 60 % (Horowicz, 2012: 338).

A maioria dos desaparecidos foram trabalhadores, segundo a leitura da Comissão Nacional sobre a Desaparição de Pessoas (CONADEP), criada por Raúl Alfonsín. Somando-se as porcentagens dos desaparecidos operários (30,2%), com os empregados (17,9%) e com os docentes (5,7%) tem-se um total de 53,8% sem considerar que, na categoria estudantes, alguns trabalhavam (Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas, 1987:296).

Hipótese 3. A vítima não foi toda a sociedade

O próprio gráfico da CONADEP permite observar que uma parcela em particular da sociedade foi a vítima das desapareições: os trabalhadores. Não qualquer um trabalhador, mas os que serviam de alternativa classista de base ao sindicalismo tradicional peronista e colocavam em questão a própria direção do movimento operário.

³ Para ter uma dimensão do horror ocorrido, na Argentina foram oficialmente documentados cerca de 340 campos clandestinos de detenção estendidos ao longo e ao largo do país (CONADEP 1987:54 e 179) Com posterioridade a este relatório elaborado em 1984, foram encontrados vários outros campos de concentração.

Nesta parte, além do mencionado texto de Horowicz, é também relevante a análise de Elsa Drucaroff do prólogo de Ernesto Sábato (presidente da CONADEP), ao livro *Nunca Mais*, que traz parte do trabalho da Comissão, já que a autora critica a teoria dos “dois demônios”. A CONADEP defende a “teoria dos dois demônios” e expressa a leitura política do alfonsinista, hegemônica durante vários anos.

A dose de terror foi proporcionalmente maior que a vontade de mudança revolucionária da sociedade. Verifica-se que os encarceramentos dos militantes “populares”, os assassinatos e os desaparecimentos por razões políticas, que começam sob o regime “constitucional” de Isabel Perón, produzem um salto qualitativo e quantitativo no período da ditadura militar (1976-1980), alcançando os maiores níveis entre os anos 1976 e 1978 (CONADEP, 1987).

O conflito desatado na Argentina assume em primeira instância um caráter político, logo depois da crise capitalista mundial de inícios da década dos '70, e mais precisamente em 1975, quando começam a ranger os alicerces do modelo de acumulação. Claramente existia uma crise econômica e no marco internacional a novidade era a recessão produto do desmoronamento do modelo fordista, entretanto, a disputa aberta no terreno da hegemonia política na Argentina, amplificava-a (Thwaites Rey, 2001).

Para entender a efetividade da repressão, insisto com isto porque não pode entender o neoliberalismo na Argentina sem este esclarecimento, considero oportuno e necessário formular um terceiro argumento, em forma de hipótese, o qual se contrapõe às leituras alfonsinistas do período sobre a Argentina da ditadura e a leitura da CONADEP, que tiveram como objetivo claro a recomposição política das forças Armadas genocidas argentinas com o propósito de “voltar” a inseri-las, no regime democrático (CONADEP 1987)

Em termos gerais, pode-se afirmar que na Argentina da ditadura não desaparecia qualquer um, os desaparecidos eram majoritariamente militantes, quadros políticos e sociais das esquerdas marxistas e não marxistas que expressavam uma “relação social”, que articulava “o social” e “o político”, essa disrupção, essa desarticulação é que denota derrota. Pelo contrário, para a CONADEP e o alfonsinismo a vítima tinha sido toda a sociedade:

Quanto à sociedade, ia arraigando a ideia da desproteção, o escuro temor de que qualquer, por inocente que fosse, pudesse cair naquela infinita caça de bruxas, apoderando-se de uns o medo assustador, e de outros uma tendência consciente ou inconsciente a justificar o horror: “por algo será” se murmurava em voz baixa, como querendo assim propiciar aos terríveis e inescrutáveis deuses, olhando como emprestados aos filhos ou pais dos desaparecidos. Sentimentos, entretanto vacilantes, porque se sabia de tantos que tinham sido tragados por aquele abismo sem fundo sem ser culpado de nada, porque a luta contra “os subversivos” (...)

converteu-se em uma repressão demencialmente generalizada (...) No delírio semântico, encabeçados por qualificativos como “marxismo-leninismo”, “apátridas”, “materialistas” e “ateus”, “inimigos dos valores ocidentais e cristãos” (...) [desapareciam] adolescentes sensíveis que foram as favelas para ajudar a seus moradores. Todos caíam na jogada a rede: dirigentes sindicais (...) moços que tinham sido membros de um centro estudantil, jornalistas que não eram adeptos à ditadura, psicólogos e sociólogos, jovens pacifistas, monjas e sacerdotes (...) E amigos de qualquer deles, e amigos desses amigos (...) todos inocentes de terrorismo ou sequer de pertencer aos quadros combatentes da guerrilha, porque estes apresentavam batalha ou morriam no enfrentamento, ou se suicidavam antes de entregar-se, e poucos chegavam vivos à mãos dos repressores (CONADEP 1987:9-10)

Afirmar que desaparecia qualquer um, é uma versão adoçada da realidade que oculta deliberadamente a responsabilidade política da sociedade civil e seu apoio à ditadura. Estas leituras ao estilo “todos fomos vítimas”, “a sociedade civil é boa e “os militares são maus pela sua natureza”, clara exposição da teoria dos demônios, uma sociedade vítima do “terrorismo guerrilheiro” e do “Terrorismo de Estado” evita uma leitura classista. Os militares aparecem como uns monstros por fora da sociedade, não como o braço armado dessa sociedade que os educou, constituiu-os e os apoiou para que aniquilem, como exigiu o peronismo em 1975, a guerrilha marxista. Nossa leitura da sociedade civil é uma leitura política que entende que a sociedade está dividida em classes, e que as frações das classes dominantes na Argentina, no bloco no poder, defenderam e justificaram o terrorismo de estado. As leituras despolitizadas negam que na Argentina existiu luta de classes, que esta luta de classes assumiu até formas político-militares, que existiu uma guerra civil mais ou menos evidente e que os militares e o bloco de classes dominantes triunfaram com o apoio de parte dessa mesma sociedade civil -aqueles que se postulavam como os defensores da pátria, os defensores da sociedade ocidental e cristã frente às forças sociais do ateu marxismo apátrida. Em síntese, através de uma operação política, nega-se o caráter de classe do conflito, com o objetivo de recompor o sistema político pós ditadura, tentando impedir uma reconstrução sobre novas bases da força social aniquilada. A ditadura deu golpes de maneira precisa, atacou os quadros políticos e sociais, buscou quebrar as bases sociais que alimentavam uma força social visualizada como anticapitalista por ambos os campos do conflito social argentino. Como argumenta Inés Izaguirre, entendemos por derrota:

Igualmente a todo processo de enfrentamento, produz-se primeiro uma ruptura de relações sociais, processo que se dá tanto entre indivíduos, grupos ou frações sociais, pelo qual os termos da relação ficam separados, não se reconhecem mais uns aos outros como formando parte de um conjunto. Tecnicamente é o que se

conhece como derrota, palavra que etimologicamente significa isso, ruptura, do latim *disrupta*, ou seja interrupção de certos processos sociais prévios (Izaguirre 1992:21).

Neste plano, independentemente de outras conclusões debatíveis, e não sendo este o lugar para realizar um balanço político das organizações político-militares, considero relevante o balanço de Luis Mattini, ex-Secretário Geral do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT)⁴, depois do assassinato de Mario Roberto Santucho nas mãos da ditadura em meados de 1976, quando afirma que a derrota da esquerda foi primeiro político e depois militar (Mattini, 1995).

A ditadura militar, nesses termos, triunfou, cumpriu seus objetivos essenciais, eliminou o que denominava a “subversão marxista” e, com isto, qualquer possibilidade de mudança social no imaginário da cidadania no curto prazo, e realizou as mencionadas transformações econômicas neoliberais de largo alcance.

Todas estas opiniões contrastam com os relatos do alfonsinismo, da CONADEP e de uma parte importante da “transitologia”, cuja visão “politicista” os torna incapazes de realizar uma análise totalizadora do período. Como exemplo, vou nomear o conhecido estudo de Linz e Stepan no campo da Ciência Política onde expressam o argumento contrário ao que desenvolvi até aqui: “o regime militar argentino, entre 1976 e 1983, possa ser visto como uma terrível tentativa e, em última análise, completamente fracassada de usar da força para mudar a economia e a comunidade política argentina e de instaurar um novo jogo (Linz e Stephan 1999:235).

Hipótese 4. Guerra das Malvinas como tentativa das Forças Armadas de autonomizar-se do bloco de classes dominantes

A ocupação das Ilhas Malvinas, pelas Forças Armadas, tem duas razões importantes. Depois de realizado o genocídio (1976-1980) através do Terrorismo de Estado, as classes dominantes apresentaram a necessidade de uma saída política institucionalmente democrática. Simultaneamente, temos uma ascensão das lutas de resistência e defensivas da classe trabalhadora e a mais importante greve geral contra a ditadura no dia 30 de abril de 1982, dias antes da ocupação das Malvinas.

Frente às pressões dos setores dominantes por uma abertura democrática e à ausência de confiança política dos militares na sua impunidade depois do geno-

⁴ O PRT, que em seu V Congresso tinha decidido formar um braço armado o Exército Revolucionário do Povo (ERP), foi a guerrilha marxista mais importante da Argentina.

cídio, estes tomam a decisão política de realizar um ato que permitisse garantir sua continuidade no governo, tentando de fato se “autonomizar” do bloco das classes dominantes que sustentou o projeto político da ditadura. Realizou-se a guerra das Malvinas, mas sem uma política de guerra. Por exemplo, as propriedades inglesas no território argentino não foram expropriadas, o que iria contra os interesses da própria classe dominante argentina, a qual, além disso, como afirma Horowicz, não tinha propriedades (interesses materiais) nas ilhas.

Desta forma, podemos entender o julgamento das juntas militares durante o governo de Alfonsín que, se foi produto da luta do movimento de direitos humanos, também foi uma cobrança das classes dominantes às Forças Armadas pela tentativa de autonomização. Uma coisa fica clara, tanto nos julgamentos durante o alfonsinismo e o kirchnerismo: os beneficiários econômicos da ditadura militar não seriam julgados. Alfonsín poderia julgar os militares, sem resistências das classes dominantes, apenas sofrendo motins que estavam longe de significar possibilidades reais de golpe de estado, apesar do discurso oficial, senão por limitar os julgamentos com as leis de ponto final e de obediência devida.

Hipótese 5: Os governos de Alfonsín e de Kirchner e a divisão do movimento de direitos humanos

Durante o regime militar, o movimento de direitos humanos substitui, do ponto de vista de seu dinamismo, a classe trabalhadora. Esse movimento políclassista exigia entre outras coisas: Aparição com vida dos 30.000 desaparecidos; Juízo e Castigo a todos os culpáveis e Liberdade aos presos políticos.

Com a chegada do governo de Alfonsín, o movimento e os organismos dividem-se entre aqueles que defendem a política de direitos humanos do governo como a única possível e aqueles que continuam defendendo a política do movimento. O mesmo aconteceu com o governo de Nestor Kirchner. Um governo surgido da crise política do “Argentinazo”, que tem como objetivo recompor o sistema político sob novas bases, apropria-se da causa dos direitos humanos, anula via parlamento as leis de ponto final e obediência devida, assim como os indultos menemistas aos comandantes, e transforma isso em uma política estatal, dividendo novamente ao movimento entre aqueles que mantem as posições dos movimentos e aqueles que encontram a política estatal kirchnerista como a única possibilidade.

Conclusão

Concluimos da mesma forma que iniciamos este artigo, afirmando que estas hipóteses devem ser trabalhadas na sua especificidade, aqui são só formulações mas, tendo em consideração estes elementos, é importante apresentar os limites da qualquer tentativa de julgamento dos militares nos marcos do Estado burguês, ou propostas de democratização das Forças Armadas, já que são o braço armado das classes dominantes.

Qualquer tentativa de democratização nos marcos do capitalismo está condenada ao fracasso, já que não foram excessos individuais, mas que o terrorismo de estado foi uma política institucional, estatal. O objetivo destes juízos, desde a perspectiva estatal e governamental, é sua recomposição nos marcos do regime político. As classes dominantes podem aceitar certos julgamentos, apenas se não forem julgados os responsáveis econômicos, que são as mesmas frações das classes dominantes que continuam sendo hegemônicas no bloco no poder, a fração do capital financeiro internacional.

Enfim, só um período de lutas, crises revolucionárias, derrotas políticas e até militares poderia dividir as Forças Armadas, sendo inviável sua conscientização somente através da agitação, como pretendem várias correntes da esquerda.

Bibliografia

- ANDERSON, Perry (1995). Balanço do neoliberalismo In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CASTILLO, Christian (2011). *La izquierda frente a la Argentina Kirchnerista*. Una visión alternativa al relato gubernamental y al de los medios opositores. Buenos Aires: Planeta.
- COMISIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS (1987). *Nunca Más. Informe de la CONADEP*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires -EUDEBA.
- DEL MASO, Juan (2006). Ideología y política de los intentos de relegitimación estatal. Debates sobre los años '70 a treinta años del golpe militar. *Revista Lucha de Clases* segunda época número 6 junio de 2006.
- DRUCAROFF, Elsa (2012). Por algo fue. Análisis al prólogo del Nunca Más de Ernesto Sábató In HOROWICZ, Alejandro; *Las dictaduras argentinas. Historia de una frustración nacional*. Buenos Aires: Edhasa.
- FLORES, Gregorio; SITRAC-SITRAM (2004). *La lucha del clasismo contra la burocracia sindical*. Córdoba: Espartaco.

- GERCHUNOFF, Pablo e GUADAGNI, Alieto (1987) *Elementos para un programa de reformulación económica del Estado*. DTE 152. Buenos Aires: Instituto Torcuato Di Tella -Tesis.
- GODIO, Julio (1991). *El movimiento obrero argentino (1955-1990)*. De la resistencia a la encrucijada menemista. Buenos Aires: Legasa.
- GRAMSCI, Antônio (2003). Caderno 13 (1932-1934) Breves notas sobre a política de Maquiavel In *Cadernos do Cárcere*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HOROWICZ, Alejandro (2012). *Las dictaduras argentinas. Historia de una frustración nacional*. Buenos Aires: Edhasa.
- IZAGUIRRE, Inés (1992). *Los desaparecidos: recuperación de una identidad expropiada*. Buenos Aires: Instituto de Ciencias Sociales Gino Germani.
- LACLAU, Ernesto (1969). Modos de producción, sistemas económicos y población excedente. Aproximación histórica a los casos de Argentina y Chile. *Revista Latinoamericana de Sociología*. Buenos Aires: volumen V, julho.
- LENIN, Vladimir Ilitch (1960). *La bancarrota de la Segunda Internacional*. Buenos Aires: Anteo.
- LINZ, Juan e STEPHAN, Alfred (1999). *A Transição e Consolidação da Democracia. A Experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MARIN, Juan Carlos (2003). *Los hechos armados. Argentina 1973-1976*. Buenos Aires: P.I.C.A.S.O./La Rosa blindada.
- MARX, KARL (1997). *O XVIII Brumario e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MARX, KARL e HOBBSBAWN, ERIC (1984). *Formaciones económicas pre-capitalistas*. Barcelona: Crítica.
- MATTINI, LUIS (1995). *Hombres y Mujeres del PRT-ERP: de Tucumán a La Tablada*. Buenos Aires: de la Campana.
- NEFFA, Julio César (1998). *Modos de regulación regímenes de acumulación y sus crisis en Argentina (1880-1996)*. Una contribución a su estudio desde la teoría de la regulación. Buenos Aires: EUDEBA.
- PERALTA RAMOS, Mónica (2007). *La economía política argentina: poder y clases sociales (1930-2006)*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- POULANTZAS, Nicos (1977). *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes.

- ROJAS, Gonzalo A. (2006). *Os socialistas na Argentina. Um século de ação política (1880-1980)*. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Ciência Política-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLECH) da Universidade de São Paulo (USP) <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-25052007-151218/pt-br.php>
- TARCUS, Horacio (1992). La crisis del Estado populista. *Realidad Económica* N° 107, abril-mayo 1992. Buenos Aires.
- THWAYTES REY, Mabel (2001). *Ajuste estructural y privatizaciones en la Argentina de los '90 (O como achicar el Estado no es agrandar la Nación)*” Tesis de Doctorado; Direito; Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. Universidad de Buenos Aires.
- TORRE, Juan Carlos e GERCHUNOFF, Pablo (1988). El papel del Estado. *Revista Idea*. Mayo de 1988. Buenos Aires.
- WERNER, R. e AGUIRRE, F. (2007). *Insurgencia obrera en la Argentina. Clasismo, coordinadoras interfabriles y estrategias de izquierda*. Buenos Aires: Ediciones IPS.